



OFÍCIO DLAC-SMPU / DPL-UB-Urbel / n.º 009/2022

Belo Horizonte, 02 de maio de 2022.

Senhora Diretora,

Ref.: Ofício DPL-UB-Urbel / DLAC-SMPU n.º 006/2022

Em atenção à solicitação de atualização do OF. DLAC-SMPU/DPL-Urbel n.º 005/2019 constante do ofício em referência, afeto às “**intervenções e urbanização de vias** em assentamentos de especial interesse social, compreendendo intervenções aprovadas nos Planos Urbanísticos dos assentamentos – PGE ou PRU, em vias veiculares e de pedestres já consolidadas, com ou sem alargamento, para melhoria das condições de circulação e de fornecimento de serviços básicos de infraestrutura, que não configuram modificação geométrica significativa e que não apresentam impacto ambiental e urbanístico nos termos da legislação vigente, consistindo em terraplenagem, demolição, pavimentação, contenções, estabilização de encostas, remoção de imóveis, limpeza e urbanização de áreas remanescentes, reforma e implantação de redes de esgoto, de abastecimento de água, drenagem, de distribuição de energia elétrica e iluminação pública”, esclarecemos que, com o advento do novo Plano Diretor (Lei nº 11.181/2019), a Lei nº 7.166/1996 (Art. 407, IV) foi revogada implicando a necessidade das seguintes ponderações:

1. em geral, para que não sejam consideradas empreendimentos de impacto, as intervenções pretendidas pela URBEL não podem sobrecarregar a infraestrutura urbana ou ter repercussão ambiental relevante (Art. 340, caput, Lei nº 11.181/2019);
2. as intervenções pretendidas pela URBEL não estarão submetidas a licenciamento ambiental se não implicarem “repercussões preponderantemente ambientais” (Art. 341, I, Lei nº 11.181/2019) e se não estiverem arroladas nos incisos do Art. 344, Lei nº 11.181/2019;
3. as intervenções pretendidas pela URBEL não estarão submetidas a licenciamento urbanístico se não implicarem “repercussões preponderantemente urbanísticas” e se não forem “intervenções viárias significativas” (Arts. 341, II e 345, VIII, Lei nº 11.181/2019).

Exma. Sra.

Maria Cristina Fonseca Magalhães

Diretora de Planejamento e Gestão – DPL - UB

Cia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - URBEL

Avenida do Contorno, nº 6664 – Savassi

Belo Horizonte – MG CEP.: 30.110-928



Assim sendo, considerando a informação presente no ofício DPL-UB-Urbel/ DLAC-SMPU n.º 006/2022 de que “os empreendimentos afetos ao Ofício OF. DLAC-SMPU/DPL-Urbel n.º 005/2019 (...) não sofreram alterações”, podemos informar que os empreendimentos em tela não se caracterizam como empreendimento de impacto, não demandando Licenciamento Ambiental ou Urbanístico desde que as intervenções:

- A- não ocorram em áreas de interesse ambiental;
- B- não sobrecarreguem a infraestrutura urbana ou ter repercussão ambiental relevante (Art. 340, caput, Lei nº 11.181/2019);
- C- não implicarem “repercussões preponderantemente ambientais” (Art. 341, I, Lei nº 11.181/2019) e se não estiverem arroladas nos incisos do Art. 344, Lei nº 11.181/2019.
- D- não implicarem “repercussões preponderantemente urbanísticas” e se não forem “intervenções viárias significativas” (Arts. 341, II e 345, VIII, Lei nº 11.181/2019).

Ressaltamos que:

- I- cabe à URBEL a aferição sobre os impactos e as classificações de suas intervenções, nos termos da Lei nº 11.181/2019 e ordenamento correlato, salientando a necessidade de se atentar ao disposto no artigo 343 da referida lei;
- II- o não enquadramento como empreendimento de impacto não desobriga o empreendedor da obtenção das demais licenças e/ou autorizações porventura exigidas pela legislação municipal, estadual e federal, para sua execução.

Sendo o que se apresenta no momento, despedimo-nos.

Atenciosamente.

Paulo Freitas de Oliveira - BM 27.551-8
Diretoria de Licenciamento de Alta Complexidade - DLAC